Origem: PJ de Santa Luzia do Pará

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados nos procedimentos licitatórios nº 003/2013, 005/2013, 019/2013 e 021/2013; nº 001/2013 do FMS; e nº 021/2013 do FME voltados a locações de imóveis para a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde de Santa Luzia do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.4. Processo nº 000010-042/2021

Requerente(s): Enfermeiros da UPA de Cametá

Requerido(s): Município de Cametá

Origem: 1º PJ de Cametá

Assunto: Averiguar suposto desvio de verbas da saúde pública no Município de Cametá, destinadas ao pagamento dos servidores da UPA do referido Município

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP e ao art. 27 da Resolução 007/2019 CPJ.

1.3.5. Processo nº 000040-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Rodrigo Luís Ferreira da Silva e Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA, pelo professor/servidor Sr. Rodrigo Luís Ferreira da Silva

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.6. Processo nº 002840-036/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto Marlene Mateus, Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e Josefa Marcolino da Silva

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em tomada de contas, processo n.º 2013/25377-7, que teve como objeto o Convênio nº 100-GP/2011 celebrado entre a ALEPA (responsável Josefa Marcolino da Silva) e o Instituto Marlene Mateus, projeto incluir cursinho pré-vestibular

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, devendo a Promotoria de Justiça de origem extrair cópia da promoção de arquivamento e do voto da relatora, para fins de fiscalização da inscrição do débito em dívida ativa da Fazenda Pública prejudicada, nos termos da parte final do Enunciado 9 do CSMP.

1.3.7. Processo nº 002257-029/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Capanema

Origem: 3º PJ de Capanema

Assunto: Acompanhar a elaboração e implementação do plano municipal de saneamento básico no Município de Capanema

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito e DETERMINOU a sua devolução à Promotoria de Justiça de origem, para fins de arquivamento, nos termos do artigo 36 da Resolução 007/2019-CPJ, vez que o Procedimento Administrativo é instrumento destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada políticas públicas, artigo 31, inciso II da Resolução 007/209-CPJ. DECIDIU, ainda, que a Promotoria de Justiça proceda com a redenominação do feito como Procedimento Administrativo, conforme a taxonomia do CNMP.

1.3.8. Processo nº 000253-151/2019

Requerente(s): Ministério Público Federal - MPF

Requerido(s): SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Pará

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa.

Assunto: Apurar suposta conduta de improbidade administrativa cometida pelo Ex-Superintendente do SEBRAE/PA, Sr. Wilson João Schuber, consistente na contratação da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A em desconformidade com princípios administrativos

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 9º da Lei 7.347/1985, artigo 23, inciso I da Lei 8.429/92 e Enunciado Nº 04 - CSMP.

1.3.9. Processo nº 000412-159/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): CREAS Prainha

Origem: PJ de Prainha

Assunto: Apurar suposta ocorrência de abandono material de idoso em situação de risco e vulnerabilidade

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito e DETERMINOU a sua devolução à Promotoria de Justiça de

origem para continuidade do acompanhamento da situação do cidadão em situação de risco e vulnerabilidade, com fim de garantir o direito fundamental à saúde, bem como que o benefício pecuniário seja aplicado na integralidade ao seu bem-estar. DECIDIU, ainda, que o procedimento extrajudicial seja nominado como Administrativo, adequando-se a taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público, por tratar-se de apuração que enseja tutela de interesse individual indisponível (Resolução 007/2019-CPJ).

1.3.10. Processo nº 000075-151/2016

Requerente(s): Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência -Pará/CEDPD-PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos procedimentos licitatórios referente aos contratos nº 006/2015 e 058/2015-SEDUC, cujo o objeto é a prestação de serviços emergenciais, reforma e ampliação da UEES José Álvares de Azevedo

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

Itens 1.3.1 a 1.3.10 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (relatora), Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.4. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

1.4.1. Processo nº 000530-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Katia Maria dos Santos Melo

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na percepção da gratificação do regime de trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (TIDE)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.2. Processo nº 002569-710/2021

Requerente(s): Joziel Santos da Silva

Requerido(s): DEMUTRAN de Barcarena

Origem: 1º PJ de Barcarena

Assunto: Recurso em notícia de fato. Recorrente alega que o DEMUTRAN não adotou qualquer providência quanto às solicitações requeridas

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO ACOLHIMENTO DA REVISÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, sendo devido o seu arquivamento nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.4.3. Processo nº 000160-911/2015

Requerente(s): PVNT Empreendimentos Ltda

Requerido(s): João Salame Neto

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar procedimento licitatório e a execução de contrato administrativo entre a Prefeitura de Marabá e a Empresa PVNT Empreendimentos Ltda, ante a existência de indícios de ato de improbidade administrativa que cause, em tese, prejuízo ao erário público municipal

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.4. Processo nº 000618-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fábio Rogério Rodrigues Gomes

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar suposto acúmulo ilegal de cargos públicos pelo Sr. Fábio Rogério Rodrigues Gomes nas esferas estadual e municipal

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.5. Processo nº 000015-440/2021

Requerente(s): Deivison Portal de Oliveira

Requerido(s): Secretaria de Saneamento e Infraestrutura de Ananindeua (SESAN)

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor e Fundações de Ananindeua

Assunto: Recurso em notícia de fato. Recorrente alega ineficiência de iluminação pública na rua de sua residência localizada na Cidade Nova II WE 14b em Ananindeua

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO ACOLHIMENTO DA REVISÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, sendo devido o seu arquivamento nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.4.6. Processo nº 000084-200/2017

Requerente(s): Adão Pantoja de Maria

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ananindeua

Origem: 1º PJ Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar possível violação ao direito fundamental à saúde, decorrente da interrupção parcial do Programa Saúde Família no Bairro Águas Lindas

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Con-